

COLEÇÃO FORMAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA

Volume 2

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Organizadores

Edna Ramos de Castro

Índio Campos

Belém – 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Formação Socioeconômica da Amazônia / Edna Ramos de Castro, Índio Campos,
Organizadores – Belém: NAEA, 2015.

640 p.: il.; 22 cm - (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2)

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-133-1

1. Planejamento regional – Amazônia. 2. Formação socioeconômica da Amazônia. 3. Formação socioeconômica – Acre . 4. Formação socioeconômica – Amapá. 5. Formação socioeconômica – Amazonas. 6. Formação socioeconômica – Maranhão. 7. Formação socioeconômica – Mato Grosso. 8. Formação socioeconômica – Pará. 9. Formação socioeconômica – Rondônia. 10. Formação socioeconômica – Roraima. 11. Formação socioeconômica – Tocantins. I. Castro, Edna Ramos de, Campos, Índio.

CDD 22. ed. 338.9811

Capítulo 1

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

Edna Ramos de Castro

Índio Campos

INTRODUÇÃO

Publicado na Coleção Formação Regional da Amazônia, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, este livro visa contribuir para a reconstituição histórica da sociedade e da economia amazônicas, desde a ocupação indígena e a expansão colonial até aos períodos mais recentes. Estes expressam as dinâmicas de expansão de fronteiras derivadas de grandes projetos de infraestrutura, de mineração, da agropecuária e do agronegócio. Embora muitos processos sociais e econômicos sejam comuns à experiência de vida na Amazônia, para efeitos deste trabalho interessava visibilizar as singularidades de cada estado – a diversidade e mesmo a diferença –, quanto às trajetórias de grupos sociais, à formação econômica e à constituição cultural e étnica, além dos processos políticos. Os dados e informações apresentados apontam para rupturas com a percepção dominante da Amazônia homogênea, reconhecendo, assim, a pluralidade das experiências registradas na sua história social.

A pesquisa que orientou este trabalho teve o caráter de revisão bibliográfica e documental, com dados secundários produzidos por diversas fontes, públicas e privadas. Os capítulos deste volume se propõem a enveredar pelas particularidades de cada estado, quanto à sua formação histórica e aos processos contemporâneos de transformação social, impulsionados, de um lado, pelas dinâmicas produzidas por

agentes sociais, econômicos e políticos que conformaram a sociedade ao longo dos séculos e, de outro, pelas políticas e programas nacionais que geraram dinâmicas internas diversas. No horizonte temporal da pesquisa (1600-2010) buscou-se observar a interseção de escalas e interpretar relações do local com as dinâmicas externas, nacionais e globais.

A escrita da história tem sentidos e significados diferentes. Adotamos neste trabalho a visão da história social, entendendo que os estudos formulados na perspectiva dos atores sociais e suas experiências permitem recuperar dimensões da complexidade do fazer histórico. Sob a influência de Hobsbawm (1998) e de Thompson (1979), as interpretações da história no século XX romperam com as visões e corpus teóricos anteriores, procurando entender os processos hegemônicos, mas sobretudo no sentido de iluminar a percepção sobre as relações conflituosas e de dominação, a partir da escrita sobre as elites dominantes, ideologia, trabalhadores e classes populares. Em seu livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1987) formula as bases da história social e categorias do pensamento crítico que resgatem a experiência¹ e o fazer cotidiano como lugar da cultura e de significados (CANCLINI, 2008).

A perspectiva é de uma leitura da história fundada na experiência social, no mundo construído a cada momento, recompondo a relação entre universalidade e particularidade. O entendimento da experiência social, empírica, e muitas vezes dos fragmentos sociais, como nos ensina Walter Benjamin (2006), pela leitura da cidade na modernidade e da ação do sujeito na invenção do cotidiano. A perspectiva adotada por Thompson (1979), ao formular sua historiografia sobre a classe operária na Inglaterra foi de entender os processos e lutas surdas, invisíveis, por isso não reconhecidas pela historiografia dominante, sobre mobilizações políticas e classes sociais, na segunda metade do século XX. O autor analisa seus fragmentos incessantemente, na relação com o contexto, e entre escalas e pertinências. Rompe, assim, com as interpretações tradicionais que traduzem uma história linear e de dominantes, e considera como núcleo central a interpretação dos processos reais e coletivos, que podem ser lidos, de um lado, na construção da vida social, do cotidiano, da família, da cultura, das trajetórias sociais, da mobilidade e, de outro, da visibilidade de diferentes formas de dominação, de resistência e de afirmação de sujeitos.

¹ Sobre esta perspectiva de análise, ver os livros de Edgar De Decca (1981) e de Eder Sarder (1985) sobre insurgentes, sujeitos da história e afirmação dos vencidos.

Formação sócioeconômica e perspectiva da histórica social

OS POVOS INDÍGENAS encontrados nesta região pelos europeus eram os ocupantes originais. Mas a história indígena é um capítulo que tem sido negligenciado na história social da Amazônia. Ao longo dos séculos de colonização, apesar da resistência indígena aguerrida e do conhecimento acumulado por gerações sobre a vida nesta região de floresta tropical – da fauna, da flora, da navegação, da agricultura e de saberes alimentares – os índios foram olhados na perspectiva dos colonizadores, como inferiores, incultos, passivos, submissos e pagãos. Foram inventados por narrativas que selecionam categorias de nomeação, definem lugares e classificam o outro no contexto da cultura ocidental, supostamente universal e superior. Cabe ressaltar ainda a natureza dos processos intensos de transformação vividos pelos povos indígenas, produzindo descontinuidades culturais e desterritorialização. Para Gusmão, 2010, p.15):

[...] a história da Amazônia é a “historia de lutas e conquistas, produto do encontro de vários grupos sociais que conformaram a sociedade em tempos diferentes. A imagem reproduzida na sociedade brasileira sobre o índio e que chega até o presente, é de servil e submisso. Uma nova escrita da história tem sido empreendida pelos povos indígenas do presente, e historiadores, que têm ressignificado as leituras de documentos do passado”.

Na mesma linha crítica de interpretações sobre a Amazônia, a arqueologia tem produzido chaves para o entendimento das sociedades e de suas formas de escrita. Anna Roosevelt (2009), nos estudos realizados entre 1990 e 1992, analisou as pinturas rupestres encontradas na Caverna Pintada em Monte Alegre, e desvenda, pelos traços e pinturas, sinais extraordinários sobre o nível de organização social de povos que viveram na planície amazônica de inundação, e deixaram nas imagens gravadas nas rochas daquela região, datadas de mais de 11.200 anos, a concepção de arte e relação com saberes. De seu universo social e do imaginário, retrataram plantas, animais e deixaram, inclusive, suas impressões físicas pelas pinturas de suas mãos – de adultos e crianças –, como assinaturas de sua existência. Esses achados trouxeram a necessidade de revisão de estudos anteriores sobre a ocupação do homem na terra. Essas análises servem para sustentar a tese da presença de sociedades complexas na Amazônia pela ancestralidade da ocupação humana e com formas de organização econômica e administrativa que comportavam povoados de 10.000 habitantes.

Tais registros induzem a se pensar em povos mais antigos que habitaram a região, contribuindo para retomar os debates sobre o povoamento nas Américas.

O início da colonização portuguesa, desde os primeiros viajantes que subiram o rio Amazonas e seus afluentes no século XVI até a fundação de Belém, a chegada de forças militares e de instituições religiosas, representa um passo decisivo no processo político que envolvia o domínio e a garantia das possessões coloniais. Até o presente, contam-se vários séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcada por relações de dominação, de violência, conflitos, disputas e também de alianças entre os colonizados europeus e os povos indígenas. Houve também alianças e conflitos destes, com os povos africanos, arrancados de seus territórios pelas estruturas mercantis da escravidão. A lógica era a mesma moldada nas estruturas mercantis da escravidão, no eurocentrismo e no evolucionismo, e empreendida em territórios distantes no continente africano.

Frente às tensões próprias das relações entre povos, e suas trajetórias na Europa, no contexto das lutas promovidas pelo capitalismo mercantil, vários países disputavam a conquista de territórios nas Américas – portugueses, ingleses, irlandeses, holandeses, franceses e espanhóis. Lutas, portanto, que se davam na esfera colonial, no ocidente, entre países com maior domínio tecnológico da navegação e do comércio ultramarino, eram os que disputavam os territórios distantes desde o século XV, com histórias de guerras pelo domínio de territórios mercantis concorrentes, no contexto do desenvolvimento do capitalismo mercantil e industrial. Os impactos dessa racionalidade sobre os povos originais foram devastadores (GONDIM, 2007; OLIVEIRA, 2004).

A perspectiva da história social revela dimensões fundamentais dos processos de dominação e das formas de resistência que estiveram sempre presentes na Amazônia, como as lutas sociais que agitaram a Província do Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial e na emergência do Império. Efetivamente, como diz Salles (1988), a conquista da Amazônia não foi fácil, pelo que se denota da documentação, pois:

[...] as lutas que os portugueses tiveram de aí empreender contra tribos indígenas hostis, notadamente os Tupinambá, nas cercanias de Belém, os Aruac, na ilha do Marajó, e contra holandeses, ingleses, irlandeses e franceses que ao longo da costa e até mesmo nas margens do Amazonas haviam plantado feitorias e algumas fortificações (SALLES, 1998, p. 13).

O movimento de expansão colonial e o deslocamento dos portugueses, a formação de milícias, a construção de fortificações e também as alianças celebradas com povos indígenas – todos esses processos foram acompanhados de

deslocamentos no imenso território que hoje é a Amazônia, por parte dos povos indígenas, em função das guerras empreendidas, de fugas para outros territórios ou pelos descimentos, reduções, catequese e escravidão, que constituíam estratégias e práticas do empreendimento colonial.

As relações entre os portugueses e os grupos indígenas que ocupavam toda a costa atlântica da Província do Grão-Pará e Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por confrontos sangrentos. Os registros documentais mostram o extermínio de aldeias e também o deslocamento forçado para territórios distantes, considerados mais seguros. Igualmente, a morte de portugueses, seja pelas guerras ou flagelo por doenças, ataques de animais, fome e medos, é um tema presente nas narrativas sobre a saga da conquista da Amazônia pelos portugueses. As narrativas encontradas na maioria dos livros comungam com a visão dos colonizadores. A outra versão, contada pelos “vencidos”, é marcada por conflitos, confrontos e extermínios, e foi obscurecida ou minimizada na maior parte da literatura.

A memória registrada nos documentos não alcança a dimensão bélica da ocupação da foz do Amazonas e do vale do Tocantins. O estuário do rio Amazonas, onde se encontram inúmeras ilhas que compõem o delta e a foz do rio Tocantins foram os espaços mais expressivos de batalhas que se prolongaram por todo o período colonial, ainda que novas alianças se sucedessem entre portugueses e povos indígenas de diversas etnias. Essa relação colonial para Bhabha (1989) implica em alteridade e, por isso, suas análises pressupõem a identidade na relação com o outro e na invisibilidade imposta ao outro. O autor busca mostrar a dificuldade de compreensão do modo de construção do sujeito no discurso colonial, discurso de poder em que ambos – o colonizado e o colonizador – encontram-se integrados. Trata-se, em última análise, de relações de poder ambivalentes, que sustentam visões estereotipadas do outro através de processos de subjetivação e são, portanto, impostas pelo dominante.

Os relatos de missionários, de viajantes e de naturalistas constituem um conjunto importante da literatura sobre a Amazônia colonial, parte deles possivelmente à espera de interpretações mais rigorosas. O texto de Métraux (1979) é extraordinário pelas observações narradas de forma pormenorizada, permitindo a produção de outras leituras sobre os povos indígenas. Na introdução afirma que os Tupinambá foram os mais estudados e, por isso, mais bem conhecidos e visitados por inúmeros viajantes e missionários de diferentes países (METRAUX, 1979, p. XXX).

O citado autor (1979) informa que, seguindo indicação de Mauss, examinou os originais inéditos de Thévet (1878) na Biblioteca Nacional de Paris, junto com a

obra do missionário português Cardim, cujo livro intitulado *Origem dos Índios no Brasil* discorre sobre os ritos e costumes dos Tupinambá. Outro missionário, Yves d' Evreux, escreveu o livro *Viagem*, considerado relevante para Métraux, por “auscultar a alma e o sentimento dos índios” (METRAUX, 1979, p. XXXXV). Mais adiante, o autor destaca, ainda, em suas observações acerca da literatura produzida sobre os índios do Brasil, que “em toda a antiga literatura concernente aos índios americanos, existem poucas obras onde se revele tão profundo conhecimento da psicologia do primitivo” (Ibid., XXXIV). Companheiro de Yves l' Evreux, Claude d' Abbeville repassa, igualmente, importantes notas a respeito dos Tupinambá. Essas obras certamente são importantes pelo testemunho, mas têm limites severos impostos pela visão colonial que ao produzir imagens distantes e narrativas deformadas, marcadas a partir de sua percepção e de suas crenças, classificando o outro no seu universo, como inferior, ignorante e vazio pois sem alma e sem cultura, na contramão di que entendia como processo ocidental civilizatório. A categoria de identidade vista como a da civilização e o processo mercantil como civilizador, subjaz à razão colonial.

A cartografia produzida pela colonização europeia permite a leitura do processo de expansão territorial. Esquadrinha as missões religiosas que se sucederam, lugares estratégicos de estabelecimento em fronteiras mais avançadas da ocupação colonial. No estuário amazônico e no vale do Tocantins, foram assentadas missões, algumas delas transformadas em aldeias de repartição, de onde eram distribuídos os índios para áreas de trabalho, e estiveram na origem de muitas cidades na Amazônia. As missões constituíam grandes empreendimentos de produção de bens e serviços.

Belém, como centro administrativo, organizava a entrada das missões para essa imensa região e exercia o controle da alocação de escravos, índios e africanos, ainda que a correspondência refira-se muito à penúria da Colônia, para fazer face às demandas de segurança e para coibir as fugas e insurreições reclamadas por senhores de escravos e pelas classes mais abastadas. Porém, em todo o estuário amazônico, no Marajó e demais ilhas, mesmo naquelas que estão mais ao ocidente, conhecidas como de fora, do Vale do Tocantins-Araguaia e do Baixo Amazonas, e prolongando-se pelos afluentes das margens direita e esquerda do Médio rio Amazonas, e ainda pelos rios principais de Goiás e Mato Grosso, as redes de contato permitiam a troca de informações sobre as possibilidades de fuga, de lutas insurrecionais ou de outras formas de resistência à escravidão de caráter mais difuso. O quilombo era inegavelmente o lugar de recriação da vida em liberdade. Movimentos de idas e vindas

em canoas ligeiras através de rios, lagos e igarapés, varando as florestas de terra firme e de várzea, os igapós e os campos, índios, negros, cafuzos, mamelucos e soldados se evadiam de seus lugares de trabalho. Os registros são inúmeros de formação de quilombos em toda a extensão da Amazônia (GOMES, 1999; CASTRO, 2007).

Algumas regiões que conformam atualmente os estados da Amazônia Legal tiveram presença mais forte de mocambos de índios e de pretos, relativamente coetânea do desenvolvimento da economia agroextrativista, das plantações de cacau e de cana-de-açúcar, e da pecuária, como mostram os capítulos deste livro, para toda a Província do Grão-Pará e Maranhão. Observam-se cinco grandes concentrações, que se localizam nas seguintes regiões: Marajó e ilhas do estuário, vale do Tocantins, Belém e áreas do entorno, que incluem os rios ou lugares como o Guamá, Acará, Mojú, Bujaru, Igarapé-Miri, Capim, Barcarena, Beja e Conde; a região Bragantina, Santa Isabel, Colares, Vigia, Gurupi-Caeté; e a região do Médio Amazonas, subindo pelos rios até alcançar o Suriname e a Guiana.

As matas e rios do interior da floresta acolheram os processos de resistência ao cativo, de fugas e de defesa do quilombo. Muitos autores têm estudado os quilombos, embora predomine ainda um interesse maior sobre Palmares. Os registros oficiais ou as crônicas de época remetem às formas de resistência e às fugas de escravos ainda nos finais do século XVII. Gomes (1999, p. 10) traça o estado da arte dos estudos no Brasil, evidenciando autores e correntes teóricas subjacentes aos estudos, entre eles a nova história social. Considera que a fuga que levava à formação de povoados, às vezes também ligada a outros grupos sob o jugo escravista, aconteceu nas Américas, ali onde a escravidão “vicejou”. No Brasil, as ciências sociais têm produzido muitos estudos sobre a escravidão, entre os quais se incluem aqueles que discutem os processos de fuga e a constituição de quilombos em momentos diferentes, e como se mantiveram até o presente. Sobre os processos de autogênese e de ressemantização dos quilombos, há também inúmeros estudos realizados na Amazônia após a promulgação da Constituição brasileira de 1988, que no Art. 68, das Disposições Transitórias, garante e reconhece o direito ao território ocupado, pelos princípios de ancestralidade da ocupação.

A produção de cacau foi relevante na consolidação e expansão da fronteira colonial, como indica a sua permanência na pauta de exportações no Grão-Pará, representando ganhos substanciais para a Coroa. A economia do cacau expandiu-se no século XVIII e no início do século XIX, ocupando terras firmes e várzeas em

novos cultivos. Assim, o Baixo Amazonas e o vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu do cacau, que se ressentia, à época, com a redução da produção e da exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, da Venezuela e do Equador. Para impulsionar o cultivo de cacau foi incentivado o mercado de escravos africanos.

Barata (1973, p. 320) embora considere que a agricultura sucumbiu “debaixo da influência nociva dessa deslumbrante e áurea miragem do lucro rápido e fácil, mas efêmero”, reconhece que a borracha representaria um novo momento de escrita da história na Amazônia. Certamente integrava-se mais aos circuitos da economia mundial, aos processos de transformação industrial e ao avanço da ciência e da técnica no mundo ocidental. Os interesses que moviam as grandes transformações reconhecidas como Revolução Industrial, financiaram a busca de novos materiais, a descoberta de processos e de métodos essenciais aos circuitos econômicos e às dinâmicas do capitalismo industrial na conquista de territórios e mercados.

A produção da borracha vai ao encontro de processos significativos na economia mundial e contribui para o desenvolvimento da indústria automobilística e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do fordismo como um modelo de produção em série e, portanto, de intensificação do trabalho. O outro lado que viabiliza a exportação da borracha, que talvez seja o mais presente na vasta literatura produzida sobre esse período na Amazônia e no Brasil, é a forma pela qual o trabalho foi organizado para viabilizar a produção e o escoamento da borracha. A servidão nos seringais e a manutenção pela força e coação do sistema de aviamento eram práticas comuns em toda a extensão da Amazônia².

A ocupação do território que hoje conforma o estado do Acre, na interpretação formulada no Capítulo 2 deste livro, precisa ainda ser mais bem compreendida desde os povos originais, pois as narrativas históricas se concentraram na análise a partir da chegada de nordestinos na corrida para os castanhais nativos abundantes, e também para o extrativismo da borracha nos seringais nos vales dos rios.

Durante um longo período, a Amazônia teve como principal atividade econômica o extrativismo florestal, cuja base da economia era a coleta das drogas do sertão. Toda a vasta região foi lentamente incorporada aos circuitos mercantis. Os litígios de fronteiras nacionais faziam parte da expansão territorial. No Capítulo 2,

² Sobre o tema consultar as obras clássicas sobre a formação histórica da Amazônia, entre elas as de Baena (1969, 2004); Raiol (1970); Reis (1953), Furtado (2000) e Santos (1980).

Cavalcanti (2015) considera que a “produção de especiarias no Acre, embora menos relevantes que no Pará e no Amazonas, serviu como referência para identificar as potencialidades e riquezas passíveis de exploração mercantil, e sua exploração em momentos posteriores”. A economia da borracha foi muito importante no Acre, e acompanhou a demanda crescente e a importância dada à produção do látex.

No século XIX ocorreu um intenso fluxo de migrantes nordestinos deslocados para as atividades extrativas da borracha, como importante matéria-prima indústria, que representou para o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia um fator de estruturação econômica e de urbanização. As expedições de caráter político, religioso e científico, na segunda metade do século XIX, percorreram todo o vale do rio Purus, Madeira e Juruá, como política de catequese ou expedições exploratórias de conhecimento e inventariamento de recursos da fauna e da flora, com fins científicos.

A economia da borracha foi responsável pelo povoamento da Amazônia, para além da ocupação ancestral por vários povos indígenas. As secas recorrentes no Nordeste do Brasil, levaram à Amazônia mais de 30.000 possíveis seringueiros, sendo a grande maioria migrante do Nordeste, refletindo na ocupação dos rios e afluentes, e em muitos conflitos com os povos indígenas ali habitantes.

Os rios Purus e Juruá eram percorridos por índios, quilombolas e ribeirinhos, que foram profundamente envolvidos na exploração da borracha nos seringais, contrariando certos discursos que relacionam os nordestinos com o trabalho nos seringais, obscurecendo a presença de outros segmentos sociais. Na exploração de borracha, os nordestinos conheceram a resistência dos índios Nauas, habitantes tradicionais daqueles territórios. Trata-se de povos indígenas muito arredios que ali habitavam, e outros grupos que chegaram pela pressão colonizadora na costa brasileira, constituindo novas fronteiras de contatos interétnicos.

Na segunda metade do século XVIII houve uma redefinição das estratégias coloniais de caráter econômico e político, direcionadas à Província do Grão-Pará e Maranhão. Para esse empreendimento, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado instaurou a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – que assume as funções em 1755. Esse período é conhecido pelas intervenções advindas das políticas implementadas na Amazônia por Pombal. Entre as medidas adotadas, destacam-se: a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos Jesuítas, e abertura de possibilidades para conquista de novas fronteiras coloniais através

da intensificação da navegação e do tráfico de escravos africanos para aumentar a disponibilidade da força de trabalho e da produção. As tensões e conflitos entre a administração colonial e os jesuítas se agravaram, culminando com a expulsão dos missionários dessa Ordem religiosa e a desativação do modelo de organização empresarial que eles estabeleceram e mantinham nas fazendas e engenhos, que tinham se tornado bastante produtivos sobre as fazendas os jesuítas no Marajó.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a face moderna do capitalismo mercantil na Colônia, obteve bons resultados com o aumento das plantações de cacau, cana-de-açúcar e do número de engenhos com processos industriais de fabricação de vários gêneros que foram exportados pelo porto de Belém por longos anos (CASTRO, 2006, p. 143).

As mudanças promovidas pela política pombalina reafirmariam a ordem econômica da administração colonial. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado visava reduzir não somente o poder dos missionários em relação aos grupos indígenas e à colônia em geral, mas também minimizar a presença e a cultura indígenas, tendo inclusive alterado os nomes de vilas, povoados e missões, antes com nomeação de lugares de índios, substituindo-os por nomes de santos, o que evidencia a disputa simbólica pela afirmação do poder colonial.

Das inovações introduzidas pela Companhia, a literatura destaca as melhorias na navegação e no transporte de mercadorias, aumentando a possibilidade de comercialização do cacau para o mercado europeu e a intensificação do comércio de escravos africanos, visando suprir a demanda por mão de obra para as plantações no vale do Tocantins, subindo o rio na direção de Cametá, Alcobaça e Goiás – e pelo baixo Amazonas.

Os territórios que hoje correspondem aos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Roraima, Amazonas e Amapá, como mostram os capítulos deste livro, tiveram processos de ocupação histórica diferenciados. No entanto, há convergências enormes, em função das relações estabelecidas entre o poder das elites portuguesas e os subalternos, produzidos pelas narrativas do imaginário colonial.

Cabe, porém, entender os elos do passado e a construção da história nos séculos seguintes. E mesmo nos que antecedem a Guerra da Cabanagem que se forjou nos interstícios da sociedade, nas revoltas, muitas vezes surdas, e silenciadas, contra as raízes escravistas da colonização, e que eclodiria no início de janeiro de 1831.

Provavelmente foi o mais radical movimento político, entre tantos outros ocorridos no Brasil na primeira metade do século XIX, chegando a tomar o poder e fomentar os ideais de um outra relação entre governo e sociedade (RAIOL, 1970), e o término da escravidão, pois um dos eixos das revoltas propugnava por liberdade.

Período no qual a economia da borracha lentamente desponta, mas além dele, com o ciclo da borracha e o avanço das novas frentes de colonização do século XX, a partir da abertura de grandes eixos rodoviários, inicialmente com a Rodovia Belém-Brasília, que inaugura outra forma de integração, ao orientar a direção dos fluxos – sejam eles migratórios, de mercadorias, de serviços ou de investimentos. Da Belém-Brasília à Transamazônica, da BR-163 e da BR-194 à Perimetral Norte e à Porto Velho-Rio Branco e Manaus-Boa Vista, entre outras, as políticas nacionais de desenvolvimento traçam uma nova fronteira de recursos naturais, de apropriação de terras e de conflitos fundiários que, a partir dali, também são reconfigurados.

Formação sócioeconômica e perspectiva do desenvolvimento

AS CIÊNCIAS SOCIAIS e econômicas na América Latina, sobretudo a partir de meados do século XX tiveram interesse central na problemática do desenvolvimento. Diversas perspectivas e orientações teóricas alimentaram os debates voltados ao entendimento, de um lado, dos processos históricos e da dinâmica do capitalismo, como os estudos sobre industrialização e agricultura, dependência e subdesenvolvimento, estrutura da propriedade e formação do Estado-nação, urbanização, divisão social do trabalho, alienação e dominação, marginalidade e ideologias; e, de outro, destacaram-se as questões relacionadas à ações do Estado, ao planejamento, às políticas de crescimento econômico e às estratégias de industrialização e de exportação. E, ainda, as discussões sobre a eficácia simbólica das instituições e das agências mundiais com seus discursos sobre o planejamento do desenvolvimento.

A emergência da sociedade industrial a partir da Revolução Industrial no século XVIII tornou dominante a crença na ciência e na tecnologia e embalou os sonhos de gerações sobre a possibilidade da razão humana encontrar soluções eficazes ao bem estar de cada nação. Erigiu a primazia da razão como crença das escolhas racionais. Ferramentas racionais para construir uma outra ordem econômica, cuja aventura principal seria o crescimento econômico, desafio maior e obsessão da ciência moderna, associado ao desenvolvimento da técnica. O iluminismo é um

discurso construído que tem como fundamento o poder de uma dada interpretação do mundo. É a dominação com pretensão à universalidade, à participação de todos em um projeto comum e por isso homogeneizador, erigido como estrutura do sistema moderno. Uma invenção ocidental produzida incessantemente.

A modernidade coloca o homem diante de impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas violenta a vida cultural e a natureza. Habermas (1989) analisa a dinâmica social e os processos de diferenciação interna nos sistemas sociais e destaca que a classificação é uma forma de dominação pelo ordenamento de pessoas, saberes, processos, instituições e culturas – e faz parte da crescente racionalização do mundo.

O projeto de nação com grandes obras de infraestrutura incentivou a industrialização e o processo de modernização do país e de integração, sul a norte, leste a oeste, com a construção de Brasília, e da rodovia Belém-Brasília, conquistas do grande sertão central e da Amazônia, antigo sonho das elites nacionais. A leitura dos documentos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, revela, no correr dos anos 1950 e 1960, o debate travado sobre as ideias, lugares e circulação que dominou as áreas governamentais, acadêmicas, empresariais e políticas e a formulação de políticas econômicas para o progresso nacional, a integração da nação, a industrialização e a afirmação da modernidade trazida pelo modelo capitalista, vistos de forma totalmente acrítica, como mostrara Guerreiro Ramos (1962).

A passagem do século XX para o XXI marcaria certamente também as teorizações sobre desenvolvimento, desenvolvimento regional, crescimento econômico, mercado de trabalho formal e informal, classes sociais, desigualdades sociais, distribuição de renda, pobreza e alienação, mas sempre giravam no âmbito do desenvolvimento capitalista e do projeto de modernidade, reduzíveis assim, à matriz do crescimento econômico. As crises cíclicas do capitalismo, além da reforma do Estado sob programas de ajustes neoliberais advindas de instituições globais, pressionaram, e tensionam ainda mais o planejamento governamental e as estratégias de crescimento econômico.

Movimentos de fronteira, economia regional e conflitos na Amazônia

O CONCEITO DE fronteira foi a base de muitas análises dos anos 1970, sobre a Amazônia, visando entender as dinâmicas nas novas áreas e os fluxos da migração dirigida e espontânea atraída nas frentes dos programas de colonização. Mas esses

projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. Por isso, a tensão entre os modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, a violência também se tornou um corolário da ocupação dessas novas fronteiras. O padrão de avanço da fronteira na Amazônia seguiu o mesmo movimento ocorrido nos anos 1950 a 1970, no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná; e depois ocupando novas terras no Mato Grosso do Sul, avançando as fronteiras para o oeste ou em direção ao Brasil Central, incorporando definitivamente novas terras à economia (VELHO, 1972; IANNI, 1978; HEBETTE, 2004; ALMEIDA, 2008); CASTRO, 2009; 2012, 2014; SCHMINK; WOOD, 2013; FEARNSIDE, 2013) do cerrado e à floresta tropical, encontradas nas grandes extensões atravessadas para chegar a Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Rondônia.

A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical saltava aos olhos das elites nacionais, interessadas na abertura de novos territórios de recursos e oportunidades de mercado. A dinâmica econômica refez os fluxos migratórios, envolvendo novos segmentos da sociedade nacional. Por isso, a fronteira é movimento e mobilidade. Constitui um espaço em incorporação ao espaço nacional e global, considerado por enquanto um processo com outros significados políticos, pois também atendia aos interesses de controle das fronteiras continentais e de afirmação do compromisso com o projeto de modernização nacional. Esse também havia sido o caráter do movimento de expansão da fronteira do Centro-Sul, impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para atender aos mercados urbanos internos e a pauta de exportação, o que exigia o aumento das áreas produtivas.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda por produtos agrícolas para os mercados internos e para atender à pauta de exportações de recursos primários, tais como madeira, minério, produtos agroextrativistas e agronegócio.

Certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da revolução verde pressionaria a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por isso, com possibilidades do desenvolvimento agrícola. A abertura da fronteira em direção ao Norte destinava-se ao mercado capitalizado, mas também a famílias camponesas do Sul e do Nordeste do país. O uso dessa incalculável disponibilidade de terras consistiu, à época, parte da estratégia geopolítica nacional colocada em prática, mas evidentemente sem anular as contradições da propriedade da terra enquanto relação social que caracteriza o

país. Nesse contexto haveria “dois campos fundamentais de tensão – nas áreas de fronteira, constituído pelos processos de transformação da “frente pioneira”, onde o acesso à terra se dá pela posse; e na “frente de expansão”, que se caracteriza pela implantação do regime de propriedade privada da terra” (COSTA, 2005, p. 89), o que certamente corresponde às tensões e contradições, segundo o autor, entre terra de trabalho e terra de negócio.

Os conflitos e as tensões intrinsecamente vinculadas à vida dos municípios atingidos nas primeiras ondas do processo de colonização, desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília e depois das rodovias Transamazônica, BR-163 e BR-194 foi na segunda metade do século XX, atravessando o Nordeste do país, o centro-norte e o sudeste do Pará, o Amazonas e o nordeste de Rondônia. A expansão da pecuária se fez com outros ciclos de atividades relacionadas ao extrativismo da madeira, do jaborandi, dos minérios e, finalmente, com crescimento da agricultura familiar, com os programas governamentais direcionados às áreas de colonização, cujo exemplo com maior repercussão, nesses novos processos de ocupação da terra na Amazônia foi a abertura da Transamazônica e de suas vicinais.

Ademais, também produzem a violência e os conflitos de fronteira, que avançam sobre direitos territoriais, sociais e étnicos já estabelecidos nessas áreas, e que, em detrimento de serem territórios de ocupação antiga, os discursos do planejamento reproduzem a ideia colonial de vazio demográfico. Esses conflitos definiram a imagem dessas fronteiras como lugares de violência, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com as tensões sobre a questão fundiária, as disputas pela terra e pelos recursos, na pressão para desalojar os que ali já se encontravam ou, ainda, na cobiça de novas terras através da grilagem; nas práticas ilegais de derrubada da mata e de espécies madeireiras sob o controle do IBAMA; e na depredação e erosão dos cursos d’água nos garimpos de rios. Notadamente, a alteração ambiental com violência acompanha o avanço das frentes pecuárias, garimpeiras e madeireiras até o presente³, colocando

³ A Amazônia é um exemplo, e na última década o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte naquela região. Quanto ao desmatamento, se fizermos um balanço no tempo, constatamos que do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta. E de 1978 a 1988 passa a ter uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desmatada era de 41,5 milhões de hectares, e atualmente embora o desmatamento esteja com taxa anuais menores, ele continua e avança para as regiões ainda mais preservadas nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e também nas novas fronteiras do Pará, Amapá, Tocantins, Amazonas e Rondônia.

a Amazônia no debate global e na construção da crítica ao desenvolvimentismo, na linha argumentativa de Leff (2003) e da ecologia política.

Neste processo, formam, com propriedades e posições diferentes, diversos agentes em disputa pelos usos e apropriação dos espaços e, no extremo, pelos critérios e limites culturais de definição legítima do espaço (entenda-se também lugar ou território), “são lutas de classificação”. Entendemos “as lutas de classificação” nos termos indicados por Bourdieu (1982), enquanto “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e fazer reconhecer, de impor as divisões legítimas do mundo social”, buscando, por meio das suas pretensões performativas, “impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão” (BOURDIEU, 1982, p. 137-140). Conforme esta perspectiva performática, ampliada posteriormente no trabalho *O poder simbólico* (BOURDIEU, 1989), utilizamos também a nossa ideia de eficácia performática ou simbólica.

Quais os paradoxos de fronteiras anteriores, que vêm se consolidando em diferentes subespaços regionais? Primeiro houve uma reorientação pelos programas de colonização dos anos 1970 e 1980, e que particulariza a estrutura de ocupação da terra. Estados como Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia são exemplos marcados por essa presença dos programas governamentais de colonização e de assentamento, sobretudo da pequena produção familiar, apesar de combinados com incentivos fiscais a médias e grandes empresas pecuárias e madeireiras. A essa fronteira articula-se outra que é determinada pelo avanço de novas frentes nas atividades de extrativismo – borracha, castanha e madeira – associadas à pecuária e, mais recentemente, aos monoplantios de soja, algodão, dendê, arroz, eucalipto e piuns, articulados aos movimentos de expansão das fronteiras de mercado a partir de Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Foi principalmente no Mato Grosso e no Tocantins que chegaram, num segundo círculo de expansão territorial, no final do século XX, atores capitalizados, cujas estratégias e interesses estão vinculados à dinâmica da economia pecuarista e da soja.

A análise sobre essas novas fronteiras nos leva a perceber o aumento dos interesses econômicos sobre as terras e recursos ainda preservados dos circuitos mercantis, a partir do final do século XX e que se expande por todos os estados da Amazônia Legal. Movimento de expansão do capitalismo financeiro e dos processos de acumulação que perpassam por todos os continentes em redes globais (HARVEY, 1993; POSSAS, 1985), e sob diversas formas de produção de capital, à revelia de uma economia que responda as questões postas sobre outros modelos de desenvolvimento.

Diversidade como singularidade da formação social da Amazônia

DA POPULAÇÃO TOTAL da Amazônia, estimada em 23 milhões de habitantes, aproximadamente 80% reside em cidades. Dados censitários referentes ao Brasil mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país, e revelam a tendência à urbanização desde 1980, com aumento significativo das taxas de crescimento urbano em todos os estados, conforme o censo de 2010. Novos núcleos urbanos continuam a ser formados, em consonância com as dinâmicas internas e externas das sub-regiões. Embora tenha reduzido o fluxo migratório para o Norte, os movimentos de trabalhadores para o interior da região aumentam em importância, inclusive para as cidades nas faixas de fronteira.

As localidades nos municípios alteram-se com os movimentos de fragmentação socioterritorial e incorporam novas demandas de serviços urbanos, embora se mantenham as estruturas agrárias e os modos de trabalho muitas vezes pautados nas atividades tradicionais no campo. As cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural. As estratégias dos agentes revelam redefinições do urbano, em meio a um rural em transformação. Identificam-se, assim, contribuições dos representantes do Estado, do setor privado, comercial e industrial, migrantes e segmentos de grupos tradicionais, visando montar uma diferenciação de tipos de aglomerados encontrados em vários municípios (das áreas de ocupação antiga às novas fronteiras).

O mosaico urbano na Amazônia se constitui de cidades metropolitanas, de médias e pequenas, compondo uma rede expressiva que cresce a taxas maiores de urbanização que outras regiões do Brasil. Há manifestação de uma hierarquização, com distinção entre os modos de vida rural e urbano existentes no passado, e que foram perdidos após as transformações ocorridas nas condições de acessibilidade, na dinâmica econômica; e na redefinição do conceito de cidade após a promulgação da Constituição de 1988, quando todas as sedes municipais passaram a ser consideradas cidades.

O urbano complexifica-se, mas há particularidades que dizem respeito também ao território marcado pela presença de inúmeros recursos florestais e da biodiversidade aquática. As cidades dependem desses recursos, o que fica evidente quando se elabora o mapeamento dos processos de trabalho e da produção das condições de existência das famílias. De tais fenômenos derivam certas especificidades das cidades amazônicas de hoje, pois em muitas áreas urbanas recentes permanecem as relações com o campo e a predominância das formas de trabalho vinculadas à exploração dos recursos naturais. Esta é uma particularidade provavelmente transitória de

parte dessas novas estruturas urbanas incorporadas à dinâmica socioeconômica dos municípios e dos estados na atualidade.

As cidades amazônicas em todos os nove estados mostram de maneira extraordinária a composição indígena, portuguesa, negra e de uma série de outros grupos étnicos que ali chegaram, em momentos distintos, ainda que predomine na representação e no pensamento social da grande maioria da população amazônica, processos de invisibilidade e de obscurecimento, de sua composição interna. As áreas urbanas por excelência mostram esse mosaico étnico. Neste sentido, as cidades brasileiras são também multiétnicas – dimensão não reconhecida na visão colonial que persiste no presente. Diversidade notória também em grandes cidades da Amazônia, como Belém e Manaus, nas cidades médias e pequenas. Muitas têm bairros que podem ter predominância de moradores indígenas, como Tefé, Tabatinga, Uiramutã, São Gabriel da Cachoeira, Parintins e Maués, no estado do Amazonas; Altamira, São Félix do Xingu, Jacareacanga e Marabá, no Pará; e ainda Paracaima, em Roraima, entre muitas outras.

Aqui gostaríamos de distinguir diversidade cultural de diferenças culturais, pois esta carrega em si a densidade crítica de ruptura com os conceitos que buscam uma visão menos densa da cultura. Para Bhabha (1989), impõe-se uma revisão da história da teoria crítica sobre a “noção de diferença cultural, que não é apenas a diversidade cultural.

A diversidade cultural é um objeto epistemológico da cultura, como objeto de conhecimento empírico; enquanto diferença cultural é o processo da enunciação da cultura como “knowledg eable”, autoritário, adequado para a construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade cultural é uma categoria da ética comparativa, estética, ou a etnologia, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 1989, p. 211).

A produção do conhecimento sobre a formação social e econômica da Amazônia faz parte de um agenda de pesquisa prioritária. Procurou-se afirmar os princípios que levam ao entendimento da singularidade de cada região. Para romper com esse olhar genérico, procurou-se reconhecer os processos de interação e trocas culturais – simbólicas – fomentadas ao longo da experiência social, de caráter essencialmente múltiplo, elementos essencial na formação histórica da Amazônia.

Conforme procuramos demonstrar, a formação socioeconômica da Amazônia é estruturada, na historiografia convencional, como uma narrativa sobre o desenvolvimento. Os argumentos apontam, nessa direção, para uma literatura abundante. Em outra perspectiva, abordagens vindas de grupos de pesquisadores que buscam produzir reflexões críticas e pós-coloniais, de formações diversas,

têm procurado romper com certos paradigmas dominantes nas interpretações sobre o desenvolvimento a partir da crítica à modernidade, ao colonialismo e ao evolucionismo, matrizes ainda estruturantes, a nosso ver, de crenças e ideologias presentes na sociedade contemporânea (CASTRO, 2009; 2015) e que fomentam as matrizes do debate político e acadêmico sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Os valores da modernidade e da racionalidade cartesiana atravessam a economia e a sociedade e atualizam, com eficácia simbólica, incessantemente, as diferenças de acesso aos bens e serviços, de forma democrática, a desigualdade social e a supressão de direitos, pois os discursos sobre o desenvolvimento, como lembra Ribeiro (2008), são essencialmente discursos políticos. Talvez seja o momento de reverter algumas assimetrias ao reconhecer a importância de rupturas epistemológicas para poder ampliar as possibilidades de conhecimento. O conceito de lugar é fundamental. Essa perspectiva recupera os interesses sobre o desenvolvimento local e regional, mas no sentido de entender o lugar na relação com a cultura, a natureza e a economia. E a perspectiva das ciências sociais e de seu papel de desvendar as condições sociais, políticas e ideológicas da produção do conhecimento, e neste caso, de entender a noção de desenvolvimento no sentido acima apontado, com base na experiência social.

Neste marco, este texto procurou trazer, também, uma reflexão em duplo sentido. De um lado, sobre a prática do saber especializado; prática esta que compreendemos a partir dos efeitos políticos da teoria, justamente por esta não ser neutra, ou como mediação simbólica com alto grau de eficácia sobre o espaço social. De outro, sobre a vivência no espaço social e as conexões substantivas que, ao se estabelecerem, ligam o local ao global, no amplo sentido do termo, com todas as implicações dessa relação de caráter complexo. O local, e o lugar, parecem fundamentais no quadro de análise sobre as questões de desigualdades regionais, e da intervenção, por parte de políticas públicas. Além do que essa perspectiva recupera os interesses sobre o desenvolvimento local e regional, mas no sentido de entender o lugar na relação com a cultura, a natureza e a economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos em comum que encontramos nas análises dos vários capítulos deste livro chamam a atenção, embora não estejam arrolados de forma exaustiva. Inicialmente, as análises encontradas nos diversos capítulos constataam uma grande mudança na sócioeconomia regional nas últimas décadas. nos índices de renda,

diversificação setorial de investimentos, definição de alguns setores de ponta na economia nacional, notadamente *commodities* para exportação - pecuária, madeira, minérios - e transformação enorme no território, na cartografia social.

Mas cabe ainda destacar outras convergências bastante significativas: 1) a convergência de alguns processos comuns vividos no passado e atualizados no presente, por parte dos povos originários da Amazônia, a colonização portuguesa e o neocolonialismo do presente; 2) o extermínio de grandes contingentes indígenas e o menosprezo, ainda hoje, sobre a economia relativamente eficaz desses povos, no passado, para fazer face à reprodução da vida e da guerra, como a guerra na sociedade Tupinambá; 3) o extrativismo como eixo da economia colonial; 4) a economia da borracha como unidade regional estruturante, social, política e culturalmente; 5) a função da guerra insurrecional da Cabanagem como dimensão da integração política da bacia amazônica em toda sua extensão; 6) a experiência de intervenção no desenvolvimento regional pelo planejamento e ação do Estado nacional, apesar de ser intermitente, mas sobretudo forte nos seguintes períodos: política de Pombal e colonização, borracha, ditadura militar e no período atual; 7) avanço em direção a novas fronteiras, a partir do final do século XX e início do século XXI, em todos os nove estados, sobretudo naqueles onde os recursos naturais estão mais preservados; 8) novas políticas voltadas para reafirmar a economia extrativista e de *commodities* que se expande no século XXI - a mineração que ocupa todos os espaços de ocorrência de minérios; os recursos florestais; os recursos da biodiversidade e da água; outros recursos naturais; 9) permanência dos altos níveis de desigualdade social refletidos nos indicadores produzidos pelo IPPA - Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, e no IDH, em todos os nove estados da Amazônia; 10) baixo investimento público, a não ser nas áreas de enclaves; 11) aumento crescente de pressão sobre as terras ocupadas por populações regionais, e tradicionais, sem controle social, tampouco do Estado; 12) conflitos, deslocamentos forçados, desterritorialização e criminalização de populações regionais; 14) processos, na prática, de desregulamentação, nas esferas nacional, estadual e municipal, de dispositivos legais de controle do desmatamento, da poluição de rios, e dos recursos naturais em geral; 15) e finalmente, cabe registrar que a predominância de elites políticas e econômicas vulneráveis ao jogo colonial.

Os capítulos que seguem, sobre cada um dos Estados da Amazônia, tem pontos de encontro pelas razões já expostas, e por isso serão encontradas certamente repetições, lacunas e convergências, entre eles. Mas há continuidades e rupturas, pelas origens sociais e econômicas, pela natureza dos ecossistemas, do território de

floresta e cursos d'água, e ainda, em decorrência do modelo de ocupação ao longo dos séculos, com alianças, conflitos e insurreições.

Em síntese, este livro é o resultado do esforço coletivo de pesquisadores de universidades que se propuseram a refletir sobre a formação histórica da sociedade e da economia na Amazônia, objetivando contribuir para a criação de núcleos de pesquisa no campo das políticas públicas em municípios dos estados da Amazônia Legal, selecionados a partir de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos aqueles que contribuíram na pesquisa que precedeu este trabalho, agentes institucionais que garantiram sua realização acadêmica, ao liberarem seus professores para formar equipes de trabalhos interinstitucionais e interdisciplinares, ao Fórum de Programas de pós-graduação e Desenvolvimento Regional, discentes de graduação e pós-graduação que fizeram parte dos seus grupos de pesquisa, ao BNDES como agência financiadora da pesquisa, ao Fundo Amazônia, e aos colegas que aceitaram participar como consultores do projeto, o Clovis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, nosso querido parceiro de muitos momentos de debate acadêmico, no Brasil, sempre ardoroso defensor de ideias inovadoras, e nossos colegas da Universidade da Flórida, Mariane Schmink e Robert Buschbacher, cuja presença no projeto reafirma e celebra mais de 40 anos de cooperação institucional com o NAEA, com relações pessoais na pesquisa e em outras formas de cooperação acadêmica. E um agradecimento muito especial ao nosso querido colega Fábio Carlos da Silva, coordenador do Projeto IPPA que ao longo de vários anos foi incansável na condução desse enorme e relevante projeto de pesquisa e de intervenção social, econômica e ambiental, sempre atento ao funcionamento das equipes, aos resultados da pesquisa e aos projetos de desenvolvimento local realizados em municípios com maiores taxas de vulnerabilidade, em cada um dos nove estados da Região Norte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. **A ideologia da decadência**. Leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8; FUA, 2008.

BAENA, A. L. M. (1839). **Ensaio corográfico sobre a Província do Grão-Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

BARATA, M. **Formação Histórica do Pará**. Belém: UFPA 1973. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

- BECKER, B. Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-85, 2000.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Edição alemã de R. Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.
- BHABHA, H. **The location of culture**. Lndon: Routledge, 1989.
- BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques**. Paris: Fayard, 1982.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CANCLINI, G. ¿Síntomas o conflictos? Políticas e investigaciones urbanas. **Alteridades**, v. 18, n. 36, p. 13-22, 2008.
- CASTRO, E. (Org.). **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- _____. E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C, LACERDA, N., PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.
- _____. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- _____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Revista Caderno CRH**, Salvador , v. 25, n. 64, 2012.
- _____. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 11-40.
- _____. Tradição e modernidade: perspectiva das análises sobre formas de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, 1999.
- COSTA, F. A. O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. **Amazônia - Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005.
- DE DECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ESCOBAR, A. After Nature: steps to an anti-essentialist Political Ecology. **Current Anthropology**, v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.
- _____. **Encountering development**. Princeton: Princeton University Press. 1995.
- FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2 p. 9-25, jul.-dez. 2013.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.
- GOMES, F. S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belem: EDUFPA, 1999. p 225-318.
- GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- GUERREIRO RAMOS, G. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1962.

- GUSMÃO, D. A. **Guerras na Amazônia do século XVII: resistência indígena à colonização**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012. (Coleção Estudos Amazônicos/História).
- HARBEMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Racionalidad de la acción y racionalización social; Buenos Aires: Taurus, 1989.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. 349 p.
- HEBETTE, J. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudos do campesinato na Amazonia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 2.
- HOBSBAWM, E. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.
- IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LEFF, E. La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. **Revista Sociedade e Estado**, v.18, n. 1-2, p. 17-40, 2003.
- MARIN, R. A., CASTRO, E. **Negros do Trombetas**. Cejup, 1992, Belém.
- MÉTRAUX, A. **A religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos Tupi-Guaranis**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; EDUSP, 1979. (Coleção Brasileira, v. 267).
- OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios “misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In. OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED; Contracapa, 2004. p. 13-42.
- POSSAS, M. **Estruturas de mercado**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- RAIOL, D. A. **Motins Políticos** – ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v.1-3.
- REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.
- RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, 80, março 2008. pp. 109-125.
- RICCI, M. **Cabanagem**, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.
- ROOSEVELT, A. **Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento indígena da Amazônia**. Belém: MPEG, 2009 (Coleção Emilie Snethlage).
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALLES, V. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358p.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo, EDUSP, 1981.
- THOMPSON, E. P. Tradición, Revuelta y Consciência de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: **Editorial Crítica**; Grupo Editorial Grijalbo, 1979
- THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 25-26.